

Declaração de Cessão de Direitos Autorais

Nós, abaixo assinados, cedemos os direitos autorais sobre o artigo *Perspetivas dos pais portugueses sobre a educação sexual em casa e na escola: implicações para a intervenção* para a revista *Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade*, em caso de aceite para publicação. Também estamos cientes das normas desta publicação e as aceitamos, reservando ao(s) editor(es) o direito de fazer pequenas modificações gráficas, adequações estilísticas e/ou ortográficas, desde que não comprometam o conteúdo do texto enviado. *Declaramos, ainda, que o citado trabalho é inédito e não está tramitando, simultaneamente, em outros periódicos, tampouco foi publicado, da forma como ora se apresenta, em outros locais, como em anais de eventos.* Sendo essa a expressão de verdade, assinamos:



Cristiana Pereira de Carvalho

Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC)

Membro integrado do Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC) da FPCEUC

Pós-doutoranda na PUCRS / Bolsista CNPq

Pesquisadora integrante do Grupo de Pesquisa “Preconceito, Vulnerabilidade e Processos Psicossociais” no Programa de Pós-Graduação da Psicologia da PUCRS e do Grupo de Pesquisa “Educação, Gênero e Trabalho Artesanal” do Programa de Pós-Graduação da Educação da PUCRS.



Professora Doutora Maria do Rosário de Carvalho Nunes Manteigas e Moura

Pinheiro

Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra
Pesquisadora do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-
Comportamental (CINEICC)



Professor Doutor José Augusto Veiga Pinto Gouveia

Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade de Coimbra
Coordenador do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-
Comportamental (CINEICC)



Professor Doutor Duarte Gonçalo Rei Vilar

Professor Associado na Universidade Lusíada de Lisboa
Investigador do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Investigação Social
(CLISSIS)

Diretor da Associação para o Planeamento da Família (APF)

Porto Alegre, 19 de maio de 2019



AUTORIZAÇÃO Nº 3223 /2013

I. Do Pedido

A Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra notificou à CNPD um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo observacional sobre a “Educação Sexual no contexto escolar e familiar: o contributo de variáveis pessoais, relacionais e educacionais para a compreensão das vivências sexuais dos jovens”.

O estudo pretende incluir aproximadamente alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário de escolas públicas e privadas da região centro, com idades compreendidas entre os treze e os dezoito anos, que frequentem as escolas participantes.

A participação no estudo consistirá no preenchimento, em contexto escolar, de questionários em papel pelos alunos, pelos seus encarregados de educação e professores sobre os seus conhecimentos, opiniões, atitudes e valores.

Os diretores de turma solicitarão consentimento informado aos representantes legais dos participantes e aos próprios titulares, cuja declaração será conservada em local de acesso reservado na escola.

Os dados são recolhidos de forma direta, junto dos titulares dos dados, mediante questionários de autopreenchimento.

No “caderno de recolha de dados” não há identificação nominal do titular, nem será aposto um código de participante.

Aos titulares dos dados é assegurado o direito de conhecer e corrigir os dados que lhes respeitem.



A segurança das informações é garantida pela manutenção dos dados em local de acesso reservado.

II. Da Análise

Pese embora os questionários a aplicar no presente estudo sejam anónimos, a análise emparelhada dos dados recolhidos permite identificar os seus titulares, pelo que estamos ante um tratamento de dados pessoais, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 3.º da Lei nº 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados – LPD).

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados recolhidos pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados, ou dos seus legais representantes nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da LPD.

Por esta razão é necessário o «consentimento expresso do titular», entendendo-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

Nos termos do artigo 10.º da LPD, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

Os titulares dos dados, de acordo com a declaração de consentimento informado junta aos autos, apõem as suas assinaturas na mesma, deste modo satisfazendo as exigências legais.

O fundamento de legitimidade é o consentimento dos titulares dos dados. Porque haverá recolha de dados de menores, terá de haver consentimento a prestar pelos legais representantes. Impõe-se, ainda, que os menores sejam ouvidos e em função da idade, nos termos da lei, eles próprios prestem a sua anuência à recolha de dados pessoais para participação no estudo. O estudo deve ter em conta o superior interesse dos menores.

A informação tratada é recolhida de forma lícita (cfr. alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cfr. alínea b) do mesmo artigo).

III. Da Conclusão

Em face do exposto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º2 do artigo 7.º, da alínea a) do n.º1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPD, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Finalidade: Estudo observacional sobre a “Educação Sexual no contexto escolar e familiar: o contributo de variáveis pessoais, relacionais e educacionais para a compreensão das vivências sexuais dos jovens”.

Categoria de Dados pessoais tratados:

- dos alunos: dados demográficos [género, idade, ano de escolaridade, escola, nacionalidade, religião, com quem vive ao longo da semana, zona residencial (comunidade rural/vila/cidade)], profissão dos pais, situação profissional dos pais, escolaridade dos pais, quem é o encarregado de educação, questionário de atitudes dos estudantes sobre educação sexual, questionário de conhecimentos sobre sexualidade, escala de experiências de vida na infância, questionário de atitudes e crenças sobre sexualidade e educação sexual, escala de comparação social para adolescentes, questionário de vivências sexuais, escala multidimensional de atitudes



face ao uso do preservativo, questionário de competências e estratégias comunicacionais em educação sexual, questionário de qualidade das relações interpessoais- relações amorosas, questionário de qualidade das relações interpessoais - educando;

- dos encarregados de educação: dados demográficos [género, idade, nível de escolaridade, zona onde reside (comunidade rural/vila/cidade), profissão e situação profissional], questionário de atitudes dos pais face à educação sexual, questionário de conhecimento sobre sexualidade, questionário de atitudes e crenças sobre sexualidade e educação sexual, questionário de competências e estratégias comunicacionais em educação sexual e questionário de qualidade das relações interpessoais;

- dos professores: dados demográficos [género, idade, zona onde reside (comunidade rural/vila/cidade), habilitações literárias, disciplinas que leciona, funções que desempenha na escola, experiência profissional], questionário de conhecimentos e disposição dos professores para ensinar educação sexual, questionário de conhecimentos sobre sexualidade e questionário de crenças sobre sexualidade e educação sexual.

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Não aplicável.

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferências de dados para países terceiros: Não há.

Prazo de conservação dos dados: Os questionários devem ser destruídos um mês após o fim do estudo.

Lisboa, 23 de abril de 2013

Ana Roque, Helena Delgado António, Carlos Campos Lobo, Luís Barroso (Relator),
Luís Paiva de Andrade, Vasco Almeida

Filipa Carvalho (Presidente)